

PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE/MG

OBJETO

Aquisição de materiais esportivos diversos, destinados ao atendimento das demandas da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Itapagipe/MG**, para utilização em campeonatos, treinamentos, projetos esportivos, atividades recreativas e ações de promoção do esporte no município, **conforme condições, quantidades e especificações descritas neste instrumento.**

VALOR ESTIMADO

R\$ 194.186,23 (Cento e noventa e quatro mil cento e oitenta e seis reais e vinte e três centavos).

LOCAL: PLATAFORMA LICITANET

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/05/2026 ÀS 11:30 h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Por Item

INTERVALO MÍNIMO:

1 % (um por cento)

PREGÃO ELETRÔNICO MUNICIPIO DE ITAPAGIPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 Processo Administrativo nº 0015929

2

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MUNICIPIO DE ITAPAGIPE, CNPJ 21.226.840/0001-47, por meio do Setor de Licitação, sediado(a) OITO, 1000, bairro CENTRO, na cidade de ITAPAGIPE/MG, CEP 38240000, realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço por Lote, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Decreto Municipal 1.251 de 09 de julho de 2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 29/05/2026

Hora Inicial : 11:30 h

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição de materiais esportivos diversos**, destinados ao atendimento das demandas da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Itapagipe/MG**, para utilização em campeonatos, treinamentos, projetos esportivos, atividades recreativas e ações de promoção do esporte no município, **conforme condições, quantidades e especificações descritas neste instrumento**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que satisfaçam as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, que esteja previamente cadastrado na Plataforma Licitanet (licitanet.com.br).

2.2. Os interessados deverão estar previamente cadastrados na **Plataforma Licitanet**, sendo de sua exclusiva responsabilidade manter atualizadas as informações ali prestadas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual – MEI, **nos limites, condições e hipóteses previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, bem como na legislação aplicável.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;
- 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.9. O impedimento de que trata será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou

jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (Plataforma Licitanet), a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os

materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, em moeda corrente nacional (Reais – R\$), observado o critério de julgamento de menor preço por lote.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1 % (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#), conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.19.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.19.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.19.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.19.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da [Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#).

6.19.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.19.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.19.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.19.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.19.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.19.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.19.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.5. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.6. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.7. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.21.8. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado em primeiro lugar, inclusive quando a proposta estiver abaixo do preço máximo definido para a contratação, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Na hipótese de não realização da prova de conceito, de sua realização com atraso sem justificativa devidamente aceita pelo Pregoeiro, ou ainda de sua execução em desacordo com as especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) proposta apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência. 12

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será realizada mediante análise da documentação apresentada no sistema eletrônico, na forma prevista neste Edital e no Termo de Referência, podendo ser utilizadas bases oficiais de consulta para verificação da regularidade dos documentos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão das informações e documentos por ele inseridos no sistema eletrônico, devendo mantê-los atualizados, sob pena de inabilitação.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

14

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Oficial de Licitações do Município, podendo, ainda, ser solicitados pelo endereço eletrônico licitacao@itapagipe.mg.gov.br, observado o disposto na legislação vigente.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As infrações administrativas e as respectivas sanções contarão na Gestão e Fiscalização – TR e na Minuta de Contrato.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da Plataforma Licitanet.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público. 16

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itapagipe.mg.gov.br

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

13.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços;

13.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração conjunta;

Itapagipe/MG , 07 de Maio de 2026

Irondino Ferreira Neto
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Pregão Eletrônico nº. 12 /2026
Processo nº. 0015929

17

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais esportivos diversos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Itapagipe/MG, para utilização em campeonatos, treinamentos, projetos esportivos, atividades recreativas e ações de promoção do esporte no município, conforme condições, quantidades e especificações descritas neste instrumento.

2. DO QUANTITATIVO E VALOR ESTIMADO

Item	Quantidade	Descrição do Item	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	30 unidades	Bola de Futebol de Campo – Oficial: Bola oficial para futebol de campo , destinada a jogos e treinamentos, confeccionada em microfibra sintética de alta resistência, com tecnologia híbrida (costura reforçada e/ou termofusão), atendendo aos padrões oficiais de peso, dimensão e desempenho. Especificações mínimas: Peso: entre 410 g e 450 g; Circunferência: entre 68 cm e 70 cm; Quantidade de gomos: 32; Revestimento externo: microfibra sintética de alta resistência, com acabamento texturizado antideslizante; Tecnologia de construção: híbrida (costurada e/ou termo-fundida), vedada costura frágil; Forro interno: multicamadas (mínimo 3 camadas) para maior estabilidade e durabilidade; Câmara interna: borracha butílica de alta retenção de ar; Miolo: removível, com válvula reforçada; Pressão de uso: entre 8 e 10 psi; Padrão de qualidade: equivalente às bolas utilizadas em competições oficiais	333,59	10.007,70

		nacionais; Cor: conforme disponibilidade do fornecedor, desde que de alta visibilidade.		
02	30 unidades	Bola de Futebol de Campo Infantil – N° 04: Bola oficial infantil N° 04 para futebol de campo , confeccionada em microfibra sintética de alta qualidade, projetada para treinos e jogos de categorias menores, com construção reforçada e desempenho adequado às dimensões oficiais. Especificações técnicas mínimas: Tamanho: N° 04 (infantil); Peso: entre 350 g e 390 g; Circunferência: entre 63,5 cm e 66 cm; Gomos: 32; Revestimento externo: microfibra sintética de alta resistência, textura antiderrapante; Construção: tecnologia híbrida (costura reforçada e/ou termo-fundida); Forro interno: multicamadas (mínimo 3 camadas), garantindo esfericidade e estabilidade; Câmara interna: borracha butílica de alta retenção de ar; Miolo: removível, com válvula reforçada; Pressão recomendada: 6 a 9 psi; Cor: de alta visibilidade, de livre escolha da contratante; Padrão de qualidade: equivalente a bolas usadas em competições infantis oficiais.	316,84	9.505,20
03	30 unidades	Bola de Futebol de Campo – Tamanho N° 03 (Mirim): Bola oficial n° 03 (mirim) para futebol de campo , destinada a treinos e jogos de categorias de base, confeccionada em material sintético de alta resistência, com construção adequada para maior durabilidade e desempenho técnico. Especificações técnicas mínimas: tamanho: n° 03 (mirim); <ul style="list-style-type: none"> • Peso: entre 420 g e 445 g • Circunferência: entre 61 cm e 64 cm • Gomos: 32 • Material externo: poliuretano (PU) de alta resistência, com 	170,30	5.109,00

		<p>textura antiderrapante</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção: costurada à mão ou híbrida (permitindo equivalência técnica), com reforço nas juntas • Forro interno: multicamadas (mínimo 3 camadas) para maior uniformidade e estabilidade • Câmara interna: borracha butílica de alta retenção de ar • Miolo: removível, com válvula reforçada e sistema anti-vazamento • Pressão recomendada: 6 a 8 psi • Padrão de qualidade: equivalente a bolas utilizadas em competições oficiais de categorias de base • Cor: de alta visibilidade (a escolha da contratante no ato do pedido) 		
04	120 unidades	<p>Bolas de Beach Tennis: multi-colored, feltro acrílico, 20x7x7 cm ;160g</p> <p>BOLA DE BEACH TENNIS.</p> <p>DESCRIÇÕES MÍNIMAS:</p> <p>MATERIAL EM BORRCHA, FELTRO SUPERFÍCIE INDICADA PARA USO ARENOSO, CIRCUNFERENCIA (CM) 21. PACOTE COM 3 BOLAS.</p>	63,23	7.587,60
05	30	<p>Bola handebol (igual ou similar à bola penalty) (oficial aprovada pela ihf – federação internacional de handebol)</p> <p>- peso 325/375 gramas, 32 gomos, circunferência 54/56 cm, pu pró, costurada à mão, câmara airbility, forro triaxial, camada interna evacel, miolo removível, selo ihf</p>	182,33	5.469,90

06	30	Bola futsal (igual ou similar à bola penalty) (adulto/oficial da cbfs) - peso 410/430 gramas, 02 gomos, circunferência 62,5/63,5 cm, pu pró, termotec, câmara 6d, forro termofixo, camada interna neotec, dupla colagem, miolo cápsula sis (selo fifa)	387,45	11.623,50
07	20 unidades	Bola futsal (igual ou similar à bola penalty) (adulto/oficial) - peso 400/440 gramas, 08 gomos, circunferência 62/64 cm, pu, duotec híbrida, câmara 6d, forro triaxial, miolo cápsula sis	339,59	6.791,80
08	20 unidades	Bola futsal (igual ou similar à bola penalty) (sub 12/13 oficial) - peso 350/380 gramas, 08 gomos, circunferência 55/58 cm, pu, termotec, câmara 6d, forro termofixo, camada interna neogel, dupla colagem, miolo cápsula sis (selo cbfs)	271,67	5.433,40
09	20 unidades	Bola futsal (igual ou similar à bola penalty) (sub 10/11 oficial) - peso 300/330 gramas, 08 gomos, circunferência 52/55 cm, pu, termotec, câmara 6d, forro termofixo, camada interna neogel, dupla colagem, miolo cápsula sis (selo cbfs)	258,67	5.173,40
10	20 unidades	Bola futsal (igual ou similar à bola penalty) (sub 07/09 oficial) - peso 250/280 gramas, 08 gomos, circunferência 49/52 cm, pu, termotec, câmara 6d, forro termofixo, camada interna neogel, dupla colagem, miolo	253,70	5.074,00

		cápsula sis		
11	12 unidades	Bola basquete (igual ou similar à bola penalty) (oficial da cnbb) - peso 580/620 gramas, 08 gomos, circunferência 75/77 cm, microfibra, matrizada, câmara 6d, forro termofixo, processo extra aracun, selo fiba/fivb	588,00	7.056,00
12	12 unidades	Bola basquete (igual ou similar à bola penalty) - peso 600/650 gramas, circunferência 75/78 cm, em borracha, vulcanizada, câmara 6d, forro termofixo, cápsula sis	132,02	1.584,24
13	10 unidades	Bola basquete (igual ou similar à bola penalty) - peso 280/290 gramas, circunferência 72/74 cm, em borracha, vulcanizada, câmara 6d, forro termofixo, cápsula sis	125,63	1.256,30
14	10	Bola basquete (igual ou similar à bola penalty) - peso 260/280 gramas, circunferência 59 cm, em borracha, vulcanizada, câmara 6d, forro termofixo, cápsula sis	112,00	1.120,00
15	25	Bola de vôlei modelo de referência penalti 8.0 pro (igual ou superior) - peso 260/280 gramas, 18 gomos, circunferência aproximada 68 cm, material 100% laminado de microfibra, termotec, câmara 100% borracha butílica, origem nacional, miolo removível, selo fivb;	497,00	12.425,00
16	30 unidades	Chapéu chinês cone: Material: PVC flexível e resistente, antideformação; Altura: aprox. 5 cm a 8 cm (half cone	5,66	169,80

		padrão); Diâmetro: aprox. 18 cm a 20 cm; Espessura do material: mínimo 1 mm; Formato: cônico, estilo chapéu chinês, com base circular; Cor: diversas cores sortidas (amarelo, laranja, vermelho, azul, verde, branco), permitindo visualização nítida em treinos; Acabamento: bordas arredondadas para evitar acidentes; Leve; empilhável; resistente a impacto; lavável; estável no solo;		
17	20 unidades	CONE DE AGILIDADE: desenvolvido em material plástico leve, resistente e flexível; possui furos na base para fixação no solo; tamanho: 22,86 cm de altura e 14x14 cm de base;	13,20	264,00
18	400 unidades	Medalhas: ouro, prata, bronze (material alumínio, anodizado ou acetinado, espessura de 0,5mm-1,5mm-2,0mm, processo: impressão serigráfica, impressão digital ou gravador por química em alto ou baixo relevo, fixação fita para medalha (opcional) acabamento liso, resina ou gravado).	14,67	5.868,00
19	400 unidades	Medalhas: personalizadas de Acrílico 2 mm; Corte a Laser, transparente;	6,25	2.500,00
20	40 unidades	Troféus: Personalizados de acrílico cristal 2 mm ,10x15 cm largura x altura	30,00	1.200,00
21	30 unidades	Troféus premiação individuais: Troféu chuteira de ouro , com 12 cm de altura, com base quadrada com	109,00	3.270,00

		7,5cm de largura em polímero na cor preta.		
22	30 unidades	Troféu Modelo Bola: Altura: 18 cm (aproximado); Qualidade da cor: Ouro - Prata - Bronze Brilhante; Base: Quadrada; Dimensão caso queira coloca adesivo: Altura (7 cm) - Largura (5,8 cm);	170,00	5.100,00
23	30 unidades	Troféu Modelo: Chuteira; Altura: 17 cm (aproximado); Qualidade da cor: Ouro - Prata - Bronze Brilhante; Base: Quadrada; Dimensão caso queira coloca adesivo: Altura (7 cm) - Largura (5,8 cm);	170,00	5.100,00
24	30 unidades	Troféu Modelo: Goleiro: Altura: 23 cm (aproximado); Qualidade da cor: Ouro - Prata - Bronze Brilhante; Base: Quadrada; Dimensão caso queira coloca adesivo: Altura (7 cm) - Largura (5,8 cm);	170,00	5.100,00
25	60 unidades	Overgrip para raquetes de beach tênis, tênis ou squash, fabricado em material sintético de alta aderência, com superfície lisa ou microtexturizada, absorvente de suor. Dimensões mínimas: Largura: 2,5 cm; Comprimento: 110 cm; Espessura: 0,6 mm; Características adicionais: Alta capacidade de absorção de umidade; Boa aderência e conforto ao toque; Durabilidade adequada ao uso esportivo; Compatível com raquetes de diferentes	22,90	1.374,00

		empunhaduras; Cada overgrip deve ser embalado individualmente para conservação.		
26	08 unidades	TABELA DE BASQUETE COMPLETA , confeccionada em madeira compensada naval , espessura mínima de 15 mm , com moldura (requadro) em perfil metálico reforçado em toda a extremidade. Medidas da tabela: Tamanho Oficial: 1,20 m × 0,80 m . Resistência a intempéries (sol e chuva), com pintura impermeabilizante e acabamento anticorrosivo nos componentes metálicos. Aro oficial com diâmetro de 45 cm (padrão FIBA); Aro em aço maciço, com pintura eletrostática; Rede de polipropileno 4 mm, modelo adulto; Sistema de fixação compatível com parede ou suporte metálico (a definir pela Administração).	864,40	6.915,20
27	02 unidades	Tabela de Basquete em Acrílico: Confeccionada em acrílico cristal com espessura mínima de 10 mm, com demarcações pintadas em esmalte sintético nas cores oficiais, revestimento com borracha anti-impacto, estrutura reforçada em perfis metálicos, aro oficial e rede de polipropileno 4 mm. Dimensões da tabela: 1,20 m x 0,80 m. Diâmetro do aro: 45 cm.	1.824,96	3.649,92

28	20 unidades	Raquete de Beach Tennis: fibra de carbono 3k, 49,5c x 23,3L cm;	259,37	5.187,40
29	10 unidades	APITO ESPORTIVO. DESCRIÇÕES MÍNIMAS: Uma única dupla câmara de design que produz 2 diferentes frequências altas, Feito de material ABS, de alta resistência, muito durável para o uso, Tamanho portátil, fácil de transportar e usar, Adequado para uso pessoal ou profissional, Pode ser aplicado para o basquetebol, futebol, voley , agentes de trânsito, guardas, e em diversas outras atividades, 3.74 KHZ e 4.10 KHZ mix , alta frequência, tornando a qualidade do som de alta intensidade e a grande distância, Material: ABS + liga titanium + material de polímero + corda, Conteúdo : 1 apito, 1 bocal , 1 cordão e 1 suporte de dedo.	11,55	115,50
30	10 unidades	Bomba de encher bola: dupla ação manual com haste interna em metal, modelo compacto, acompanha 1 agulha ndl2 (padrão europeu, comprimento: 28 cm, acompanha mangueira flexível para facilitar o enchimento.	60,84	608,40
31	06 unidades	BOMBA DE AR. DESCRIÇÕES MÍNIMAS: BOMBA DE PVC, UTILIZADA PARA ENCHER BOLAS, TIPO (VAI E VOLTA), ENCHE NOS DOIS SENTIDOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE	84,18	505,08

		35 CM, DIAMETRO DE 11,5CM, NO FORMATO TUBULAR, COM 2 AGULHAS		
32	06	Rede de vôlei oficial 4 faixas e com 4 costuras na parte superior, 8 ilhoses nas faixas laterais, largura 9,50 m, altura 1,00m, malha 12 x 12 cm, espessura fio 2,0 mm, material 100% pead 9 polietilenos de alta densidade). Fio torcido (oferece maior resistência e durabilidade).	625,25	3.751,50
33	08	Rede de futebol de campo : Dimensões: 7,50m na largura, 2,50m de altura, 2,00m de recuo superior e 2,00m de recuo inferior; - Malha (Distância entre nós): 15x15cm; - Fio: 2 mm, 4mm ou 6mm de polietileno de alta densidade - 100% virgem, com tratamento contra as ações do tempo (U.V); - Cor: Branca. (A cor branca é indicada por se tratar do padrão amplamente utilizado em competições formais de futebol, assegurando contraste visual adequado com o gramado e com a bola, o que facilita a identificação clara das jogadas, da marcação de gols e da movimentação da bola pela arbitragem, atletas e pública).	904,15	7.233,20
34	10 unidades	Rede de Futebol de Campo – Oficial, Fio 4 mm, Nylon: Rede para traves de futebol de campo, padrão	716,67	7.166,70

		<p>oficial, confeccionada em fio de nylon 100% poliamida, torcido ou trançado, com espessura mínima de 4 mm, resistente às intempéries e à exposição prolongada ao sol (tratamento UV). Especificações técnicas mínimas: Dimensões: compatíveis com gol oficial de futebol de campo: Largura: 7,32 m; Altura: 2,44 m; Profundidade superior mínima: 0,80 m; Profundidade inferior mínima: 2,00 m; Tamanho da malha: 10 cm a 15 cm (quadrada ou losangular), conforme padrão profissional; Material: Nylon poliamida de alta resistência; Espessura do fio: mínimo 4 mm; Cor: branca (A cor branca segue o padrão amplamente consolidado em competições oficiais de futebol (prática FIFA/CBF), garantindo uniformidade visual e facilidade de reconhecimento durante jogos e treinamentos; Melhor visibilidade para atletas e árbitros; Evita erros de arbitragem); Acabamento: bordas reforçadas; Resistência mínima à tração: 100 kgf (recomendado para uso esportivo intenso); Adequada para uso externo, com tratamento anti-UV.</p>		
35	08	<p>REDE DE FUTEBOL SOCIETY OFICIAL. DESCRIÇÕES MÍNIMAS: QUADRADA, DE FIO DE POLIETILENO, MEDINDO 5,00 X 2,20M, FIO DE MÍNIMO DE 2 MM, TRANÇADO E TORCIDO.</p>	539,14	4.313,12
36	04 unidades	<p>REDE DE PROTEÇÃO PARA QUADRA POLIESPORTIVA Material: Polietileno de Alta Densidade (PEAD) 4 a 6 metros de altura nas laterais e fundos da quadra. 16 m (comprimento) x 8 m (largura); Cor: Preta (ou outra, conforme</p>	822,00	3.288,00

		projeto); Malha: Losangular 12 cm x 12 cm; Espessura do Fio: 4 mm; Tratamento: Anti-UV, impermeabilizado, resistente à abrasão e intempéries; Peso aproximado: 100 g/m²; Resistência à tração: Mínimo de 120 kgf; Durabilidade estimada: 5 a 7 anos, em ambiente externo.		
37	04 unidades	REDE DE PROTEÇÃO ESPORTIVA PARA QUADRAS DE AREIA Material: Polietileno de Alta Densidade (PEAD) 4 a 6 metros de altura nas laterais e fundo da quadra. 16 m (comprimento) x 8 m (largura); Cor: Preta (ou branca, opcional); Malha: 10 cm x 10 cm (malha losangular ou quadrada); Espessura do Fio: 3 mm; Tratamento: Anti-UV, impermeável, resistente à umidade e à salinidade; Peso aproximado: 90 a 100 g/m²; Resistência à tração: Mínimo 80 kgf.	2.342,00	9.368,00
38	04 unidades	Rede de Beach tênis Dimensões: 9,50m de comprimento por 1,00m de altura; Borda: Poliéster com cordas e ilhós de latão; Fio: 2 mm de polietileno, 100% virgem, com tratamento Anti-UV (contra as ações do tempo); Malha: 5x5cm; Cor da borda: Laranja, Azul, Preta, Branca, Azul Oceano, Verde Praia.	435,66	1.742,64
39	04 unidades	REDE DE BEACH TENNIS OFICIAL. Descrições Mínimas:	392,32	1.569,28

		8,20M de comprimento por 1,00M de altura, 04 (quatro) faixas de poliéster com cordas e ilhós de latão, fio 2 MM de polietileno, 100% virgem com tratamento Anti-UV (contra as ações do tempo), malha 5x5cm;		
40	04 unidades	<p>Rede de beach tennis: Comprimento: 8,5 metros (suficiente para cobrir a largura da quadra de duplas, que é de 8 metros). Altura: 1,70 metros no centro da quadra (padrão oficial). A altura pode ser ajustada nas laterais, mas o ideal é manter uniforme. Faixas da Rede A rede deve ter: Faixa superior com cerca de 5 a 7 cm de largura, geralmente em cor branca, onde passa o cabo de sustentação. Algumas redes também possuem faixa inferior para melhor acabamento e resistência. Material da Rede Malha: Nylon ou polietileno de alta resistência. Espessura do fio: Entre 2 mm e 4 mm, dependendo do modelo. Malha (tamanho do buraco): Aproximadamente 4 cm a 5 cm (quadrada ou losangular). Reforços laterais: Costuras reforçadas ou faixas em lona. Sistema de Sustentação Cabo de aço revestido (ou corda de nylon reforçada) passado pela faixa superior da rede. Ganchos ou mosquetões para fixação nos postes.</p>	402,33	1.609,32
41	02 unidades	<p>Tatame: Área total: 7 m x 7 m = 49 m² Formato: Quadrado Espaço útil: Pode conter uma área de combate + zona de segurança (dependendo da modalidade); Mais</p>	5.385,10	10.770,20

		<p>comum para lutas como karatê, taekwondo, muay thai e treinos recreativos;</p> <p>Textura: Antiderrapante (tipo “puzzle” ou “quebra-cabeça”)</p> <p>Densidade: 80 a 120 kg/m³ (recomendado 100 kg/m³ para boa absorção de impacto)</p> <p>Espessura: 20 mm (mínimo), 30 mm (ideal para maior absorção)</p> <p>Composto por espuma de poliuretano de alta densidade + revestimento em vinil náutico</p> <p>Espessura: 4 cm a 5 cm</p> <p>Densidade: alta, ideal para absorver quedas</p> <p>Superfície: Antiderrapante, fácil de limpar</p> <p>Fixação: geralmente são placas encaixáveis ou com base antiderrapante</p> <p>Quantidade de Placas (EVA padrão 1m x 1m)</p> <p>Para cobrir 7 m x 7 m com placas de 1 m²:</p> <p>Total de placas: 49 unidades</p> <p>Cores: Pode ser uniforme ou com divisão de área de luta e segurança; Exemplo: área central azul/vermelha e bordas amarelo-verdes; Em competições, o contraste de cores ajuda na delimitação da área de luta;</p> <p>Requisitos Adicionais: Fácil montagem e desmontagem; Limpeza simples (uso de pano úmido e sabão neutro); Alta durabilidade; Resistência à abrasão e suor; Material atóxico.</p>		
42	05 unidades	<p>Bola de Futebol Americano (NFL)</p> <p>Especificações Oficiais:</p> <p>Formato: Oval alongado (prolato), com extremidades levemente pontiagudas</p> <p>Circunferência longa (horizontal): 28 a 28,5 polegadas (71,1 a 72,4 cm)</p> <p>Circunferência curta (vertical): 21 a 21,25 polegadas (53,3 a 54 cm)</p>	94,97	474,85

		<p>Comprimento total: 11 a 11,25 polegadas (27,9 a 28,6 cm)</p> <p>Peso: 14 a 15 onças (397 a 425 g)</p> <p>Material: Couro legítimo (uso profissional) ou material sintético composto</p> <p>Cor: Marrom</p> <p>Costuras (laces): Brancas, utilizadas para melhor aderência e orientação durante o arremesso</p> <p>Pressão interna: 12,5 a 13,5 psi (libras por polegada quadrada)</p> <p>Construção: 4 painéis de couro costurados entre si.</p>		
43	04 unidades	<p>Fitas De Marcação De Quadra de Society - Pró Campo/ Praia</p> <p>Fitas de 5 cm excelente resistência, Larguras disponíveis: 10 mm, 12 mm, 15 mm, 20 mm, 25 mm (ou conforme projeto); Espessura: 0,8 mm a 1,5 mm; Comprimento do rolo: 25 m, 50 m ou 100 m; Elastômero (látex natural ou elastano/spandex), entre 20% e 40%; Fibras sintéticas (poliéster ou poliamida), entre 60% e 80%; Superfície lisa ou texturizada; Tratamento antiumidade opcional; Cor a definir (comuns: branco, preto, cores fluorescentes para marcação);</p>	86,23	344,92
44	08 unidades	<p>Estacas de polietileno: para treinamento de agilidade são equipamentos verticais, geralmente com cerca de 1,60 metros de altura.</p>	51,27	410,16

Valor global R\$ 194.186,23 (cento e noventa e quatro mil cento e oitenta e seis reais e vinte e três centavos).

O valor estimado da presente contratação foi definido com base em pesquisa de preços realizada em painéis de preços públicos oficiais, abrangendo contratações similares efetuadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, Painel de preços, Licitanet, Portal de Compras Públicas, Portal Nacional de Contratações Públicas, BLL, Portal da Transparência -CQJ-NF, Bolsa Nacional de Compras, Portal de Compras do Governo Federal (COMPRAS GOV) em conformidade com a legislação vigente. Conforme segue os documentos que instruem os valores unitários e global referenciais em (anexo).

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa à aquisição de materiais esportivos destinados ao atendimento das ações e programas de esporte e lazer desenvolvidos pelo Município de Itapagipe/MG, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

A aquisição atende ao **interesse público**, promovendo a saúde, o bem-estar social e a qualidade de vida da população, por meio do incentivo à prática esportiva e de atividades de lazer, em consonância com os princípios constitucionais e administrativos.

Os materiais esportivos são essenciais para a execução de **projetos sociais e atividades esportivas**, escolinhas e campeonatos, garantindo o acesso de crianças, jovens e adultos às práticas esportivas, contribuindo para a inclusão social, o desenvolvimento comunitário e a prevenção de situações de vulnerabilidade social.

A contratação também se justifica pela necessidade de **manutenção e renovação dos materiais**, assegurando condições adequadas de uso, segurança dos participantes e eficiência das atividades pedagógicas, recreativas e competitivas, bem como pelo suporte às equipes que representam o Município em competições municipais, regionais e dentre outras.

4. PRAZO DO CONTRATO

A vigência do contrato será de 12 meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo prazo máximo com base no art. 106 da Lei n. 14133/21

5. SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, salvo se justificável e aprovado pela Contratante

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O presente Termo de Referência tem por objetivo o pregão eletrônico para futura e eventual aquisição de materiais esportivos diversos, destinados a atender as demandas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Itapagipe/MG, garantindo a execução eficiente de atividades esportivas, recreativas e de promoção do esporte no município.

A solução proposta consiste na disponibilização contínua e regular de materiais esportivos de qualidade, adequados às diferentes modalidades e faixas etárias atendidas, permitindo que os programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria sejam realizados de forma organizada, segura e eficaz. Entre os principais usos estão: campeonatos municipais, treinamentos, projetos esportivos, atividades recreativas e ações de incentivo à prática esportiva, com foco na inclusão, participação comunitária e fortalecimento da cultura do esporte. Almeja com essa contratação :

- Eficiência operacional: garantir que todas as atividades esportivas e recreativas tenham os materiais necessários no momento adequado;
- Qualidade das ações: fornecer equipamentos adequados e seguros, compatíveis com as normas técnicas e de uso esportivo;
- Acesso e inclusão: permitir a participação de diferentes faixas etárias e públicos, promovendo igualdade de oportunidades no esporte e na recreação;
- Fortalecimento institucional: dar suporte às ações da Secretaria, reforçando a organização, credibilidade e impacto das atividades desenvolvidas;

- Promoção da saúde e cidadania: estimular hábitos saudáveis, integração social e práticas esportivas continuadas na comunidade.

Dessa forma, a contratação dos materiais esportivos atende a uma necessidade administrativa contínua, proporcionando suporte logístico e técnico às ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, garantindo que os objetivos de promoção, difusão e incentivo à prática esportiva no município sejam plenamente atingidos.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a). REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE

As propostas deverão atender aos seguintes critérios gerais:

- Produtos novos, sem uso, sem defeitos e dentro dos padrões técnicos exigidos de , durabilidade, qualidade e segurança;
- Materiais esportivos com resistência compatível com uso intensivo, tanto em treinamentos de categorias de base, projetos, escolinhas de treinamento, quanto em competições;
- Assegurar a entrega no prazo necessário para cumprimento das ações, campeonatos e treinamentos esportivos;
- Atender de maneira eficiente as demandas de todas as modalidades esportivas do Município.
- Substituição sem qualquer custo adicional para a Administração, dentro do prazo de 48h dos itens que apresentarem defeitos.

8. MODELO DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

8.1. Recebimento dos Produtos

O recebimento será dividido em duas etapas:

a) Recebimento Provisório

A conferência quantitativa e qualitativa será realizada no ato da entrega, verificando a conformidade com as especificações exigidas.

b) Recebimento Definitivo

Será realizado após a verificação detalhada da qualidade e especificação, bem como na etiqueta de composição do produto, com a devida certificação pelo fiscal responsável dentro do prazo de 05 (cinco) dias.

A nota fiscal será validada apenas após a aprovação definitiva dos produtos.

c) Transporte e Manuseio

O transporte será de responsabilidade exclusiva do fornecedor, garantindo que os itens sejam entregues em perfeitas condições, sem custo adicional para a administração pública.

d) Prazo e Local de Entrega

O prazo para entrega dos itens deverá ocorrer de forma parcelada **em até 05 (cinco) dias úteis**, contados da emissão de cada Ordem de Entrega, realizadas via e-mail ao contratado.

Local: **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer**: Rua Oito, nº 1000 – Centro – Itapagipe/MG, das 11h às 16h.

8.2. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- A gestão ficará a cargo do Secretário Municipal de Esporte o Sr.^a: Irondino Ferreira Neto – Matrícula 6043;
- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade e financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.3 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será fiscalizada pelo Srº: Claidson de Oliveira – Matrícula 545 – Sub - Secretário de Esporte ou respectivos substitutos, conforme dispõe o **art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021**.

8.3.1. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.3.2 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

9. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos itens, sempre após a emissão da NLD (Nota de Liquidação de Despesa), após atesto do setor competente, mediante apresentação da respectiva nota fiscal. O pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Itapagipe, mediante depósito bancário em nome da proponente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, se for o caso.

Caso a Nota Fiscal/Fatura seja devolvida pela Prefeitura, por estar inexata, será contado novo prazo para o pagamento a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS MODIFICAÇÕES, ADITAMENTOS E REAJUSTES.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Poderá haver reajuste na forma prevista no art. 25, § 7º. da Lei nº. 14.133/21, limitado até o máximo do acumulado do INPC do ano imediatamente anterior, se for o caso.

11. FORMAS E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART.6, INCISO XXIII, alínea "h", da Lei nº 14.133/2021).

Trata-se de processo para aquisição de materiais esportivos diversos, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Considerando que os bens a serem adquiridos são de **caráter comum**, com especificações técnicas padronizadas e disponíveis no mercado, a aquisição será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, utilizando-se **modo de disputa aberto** e **intervalo mínimo de 1%**, a ser aplicado proporcionalmente ao valor de cada item, garantindo **transparência, competitividade e economicidade** no processo licitatório.

11.1. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS (HABILITAÇÃO) PARA PESSOAS JURÍDICAS:

- Registro comercial, no caso de Empresa Individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou aditivo consolidado em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembleia que elegeu seus atuais administradores.
- Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva acompanhada do contrato social.
- Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede de licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Certame.
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal.
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT): Emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- a) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor .
- c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12. GARANTIA DA PROPOSTA

Justificativa para Garantia de Proposta:

12.1. A exigência de garantia de proposta tem por finalidade coibir a participação de licitantes que não detenham real intenção ou capacidade de firmar o futuro contrato, mitigando o risco de desistências imotivadas após a etapa de lances e julgamento. Tal medida reduz a ocorrência de comportamentos oportunistas e assegura maior compromisso dos participantes com a seriedade da oferta apresentada, contribuindo para a regularidade, a eficiência e a continuidade do procedimento licitatório.

12.2. A garantia de proposta configura mecanismo de proteção ao interesse público, ao desestimular a apresentação de propostas desprovidas de fundamento técnico ou sem lastro econômico-financeiro. Com isso, promove-se maior confiabilidade e estabilidade no certame, reforçando a segurança jurídica da contratação e permitindo que a Administração selecione fornecedores em condições reais de cumprir as obrigações assumidas, com adequada relação entre preço, qualidade e viabilidade executória.

12.3. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme previsto no art. 17, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço por item, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e horário definido para a abertura da sessão pública.

12.5. No ato de apresentação da proposta, os licitantes deverão comprovar o recolhimento da garantia de proposta correspondente ao(s) item(s) que pretendam disputar, constituindo tal comprovação requisito de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

12.6. A garantia de proposta corresponderá a 1% (um por cento) do valor total ou global estimado do item, para o qual o licitante apresentar proposta e participar da fase de lances.

12.7. Fica vedada a participação de licitante na disputa de item para o qual não tenha sido apresentada a devida comprovação do recolhimento da garantia de proposta, sob pena de inabilitação para o respectivo item.

12.8. A devolução da garantia ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

12.9. A recusa injustificada em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos exigidos para contratação implicará a execução integral da garantia de proposta.

12.10. A garantia de proposta poderá ser prestada em qualquer das seguintes modalidades, nos termos do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

- a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública [...];
- b. Seguro-garantia;
- c. Fiança bancária;
- d. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor integral.

12.11. Caso a opção seja por caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na seguinte conta da Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG

Favorecido: Prefeitura Municipal de Itapagipe
CNPJ: 21.226.840/0001-47
Banco: 104
Agência: 4279
Conta Corrente: 34-3

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Contratação será atendida pela dotação orçamentária: 020127-27-812001605-05-2.810-3390300000-526-1500-0000.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- Na contagem dos prazos referentes à execução do instrumento contratual, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade responsável pela contratação.

- A Contratada deve fornecer um endereço de e-mail válido para as comunicações oficiais com a administração.
- A Contratada concorda que todas as mensagens enviadas pela Administração para o endereço de e-mail fornecido serão consideradas como lidas após 24h do envio, independentemente de confirmação de recebimento.
- A Contratada é responsável por garantir que o endereço de e-mail fornecido esteja sempre atualizado e ativo.
- A administração pública não será responsável por quaisquer problemas decorrentes do uso de um endereço de e-mail inválido ou desatualizado pela contratada.
- As notas fiscais emitidas pela Contratada, referentes ao objeto do presente contrato, deverão ser encaminhadas ao e-mail: Pmesporte@itapagipe.mg.gov.br

Itapagipe/MG, 12 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

Hitor Borges Silva

Secretário Adjunto de Desconcentração Administrativa (SEMAD)

De Acordo : _____

Irondino Ferreira Neto

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Aprovo: _____

Ricardo Garcia da Silva

Prefeito

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO N°. .../2026.
Pregão Eletrônico n°. 12/2026
Processo n°. 0015929

*Contrato, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE-MG, e
de outro lado,, na forma abaixo:*

44

O **MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 21.226.840/0001-47, com sede administrativa na Rua 08, nº. 1000, Centro, CEP: 38.240-000, cidade de Itapagipe/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **RICARDO GARCIA DA SILVA**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado _____, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo Sr. (a) _____, doravante denominado (a) CONTRATADO (A) resolvem, pelas cláusulas e condições que se seguem e tendo em vista o que consta no Processo nº 0015929 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 12/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. **Aquisição de materiais esportivos diversos**, destinados ao atendimento das demandas da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Itapagipe/MG**, para utilização em campeonatos, treinamentos, projetos esportivos, atividades recreativas e ações de promoção do esporte no município, **conforme condições, quantidades e especificações descritas neste instrumento.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Preço Unitário	Preço Total

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021, bem como aos demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1- O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I do Presente edital.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Fica vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência, salvo se justificável e aprovado pelo gestor da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1- O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1- O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1- As obrigações do contratante são aquelas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1- As obrigações do contratante são aquelas estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1- Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1- Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2- Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.2.4- Multa:

a) moratória de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

a1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5- Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6- Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7- A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8- O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10- Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1- O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2- O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1-

Nesta

hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1- Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3-O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3- Indenizações e multas.

12.3.4- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas: 020118-02-185420017-04-2.404-3390300000-489-1500-0000

13.2- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1- Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2- O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1- Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: - DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

A Contratada deve fornecer um endereço de e-mail válido para as comunicações oficiais com a administração.

A Contratada concorda que todas as mensagens enviadas pela Administração para o endereço de e-mail fornecido serão consideradas como lidas após 24h do envio, independentemente de confirmação de recebimento.

A Contratada é responsável por garantir que o endereço de e-mail fornecido esteja sempre atualizado e ativo.

A administração pública não será responsável por quaisquer problemas decorrentes do uso de um endereço de e-mail inválido ou desatualizado pela contratada.

As notas fiscais emitidas pela Contratada, referentes ao objeto do presente contrato, deverão ser encaminhadas ao e-mail: meioambiente@itapagipe.mg.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1- Fica eleito o foro da Comarca de Itapagipe/MG, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do presente contrato.

18.2 - Assim, ajustadas e contratadas as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito conforme normas estabelecidas pela legislação vigente na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam.

Itapagipe/MG, _____ de _____ de 2026.

**MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE
CONTRATANTE**

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA
Pregão Eletrônico nº. 12/2026
Processo nº. 0015929

49

Processo Licitatório nº 0015929

Pregão Eletrônico nº 12/2026

Objeto: Aquisição de materiais esportivos diversos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Itapagipe/MG, para utilização em campeonatos, treinamentos, projetos esportivos, atividades recreativas e ações de promoção do esporte no município, conforme condições, quantidades e especificações descritas neste instrumento.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE-MG

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
CNPJ:
INSC. ESTADUAL:
ENDEREÇO:
CIDADE:
ESTADO:
TELEFONE:
E-MAIL:

INFORMACÕES PARA PAGAMENTOS:
Banco:
Agência:
Conta:

REPRESENTANTE LEGAL PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:
Nome/ Nacionalidade/ Estado Civil/ RG/ CPF/.
E-mail
Telefone:

No uso das atribuições legais, encaminhamos a Proposta de Preços para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei.

Nº	Qnt	Descrição	Marca	Valor	Total
01			R\$

Obs 1: a ordem dos itens poderá ser diferente do Termo de Referência, devido a importação automática do sistema de gestão.

Obs 2: O preenchimento completo e correto do Anexo III – Modelo de Proposta é obrigatório, devendo o licitante informar todos os campos exigidos, inclusive endereço de e-mail válido e ativo para fins de comunicação oficial no âmbito do certame, pois a omissão de informações, o preenchimento incompleto ou a indicação de e-mail inexistente ou inválido poderá comprometer a análise da oferta e a regular comunicação entre a Administração e o licitante, nos termos do instrumento convocatório e da legislação aplicável, devendo ser inserido na plataforma quando solicitado pelo condutor do processo, após ser declarado vencedor.

Preço global da proposta por extenso: _____

Validade da proposta: _____ (não inferior a 60 dias, contados da data da sua emissão – informação obrigatória).

Declaramos ainda, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório **Pregão Eletrônico nº 12/2026**, instaurado pelo Município de Itapagipe/MG, que:

- Assumimos a responsabilidade pela qualidade e segurança dos produtos cotados;
 - Os valores propostos, bem como aqueles que por ventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, são apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transporte ou frete, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação.
 - Examinamos, criteriosamente, todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Licitador todas as informações sobre qualquer ponto duvidoso;
 - Os elementos desta Licitação permitem a elaboração de uma proposta totalmente condizente para o fornecimento do objeto licitado.
 - A participação na presente licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão aos termos e condições estabelecidas no Edital e que sendo vencedor da licitação, assumiremos integral responsabilidade pelo perfeito e completo fornecimento do objeto licitado de acordo com as especificações propostas.
- Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

Nome da Empresa (carimbo da empresa)
Representante legal

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPAGIPE/MG
PROCESSO Nº 0015929

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ n.º, sediada na, bairro, cidade, por seu Administrador, o Sr., brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º, inscrito no CPF n.º, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação no Processo de Licitação supra citada, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5. Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente Processo Licitatório, e que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
6. Não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.
7. Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG, que esteja no exercício de suas funções, que impossibilite a participação no referido processo licitatório;
8. Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
9. Compromete-se a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Por ser expressa manifestação da verdade, firmo a presente.

...../..... de de 2026.

.....
Nome Completo
Cargo
CPF
RG